

HISTÓRIA GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Eduardo Arriada

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coordenação Geral). *História Geral do Rio Grande do Sul*. 5 volumes. Passo Fundo: Méritos Editora. 2006/2009.

Vol. 01. Colônia. “O ensino nas crônicas do Prof. Coruja” [309-322]. Ana Inez Klein.

Vol. 02. Império. “A Instrução” [449-489]. Jaime Giolo.

Vol. 03. República Velha. “A Educação: construindo o cidadão” [287-311]. Berenice Corsetti.

Vol. 04. República (1930-1985). “A Educação” [315-333]. Elomar Tambara; Claudemir de Quadros; Maria Helena Camara Bastos. “Educação Superior (1930-1985)” [335-354]. Clarissa Eckert Baeta Neves.

A obra *História Geral do Rio Grande do Sul* sob a coordenação geral de Nelson Boeira e Tau Golin, como o próprio título anuncia, constitui-se de cinco volumes publicados pela Méritos Editora de Passo Fundo, onde os mais diversos aspectos da história do Rio Grande do Sul, no tempo e no espaço são contemplados.

Nos moldes da *História Geral da Civilização Brasileira*, que teve a organização de Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto, a referida obra através de um vasto panorama, reúne o esforço de diversos pesquisadores, “mais de cem”, segundo os próprios organizadores “inseridos em múltiplos espaços historiográficos contemporâneos, especialmente nas

universidades". Sabendo de antemão as enormes dificuldades que esse tipo de trabalho acarreta, os organizadores esclarecem na apresentação que: "publicações coletivas jamais conseguiram harmonizar o conflito entre cronologia, temário e concepção autoral"; do mesmo modo, "as melhores publicações reconhecem diferentes orientações teóricas, mesmo em obras orientadas por escolas historiográficas, e preferem transformar uma situação aparentemente problemática em recurso de método".

Embora perceptível em diversos momentos as divergências, as concepções antagônicas, as interpretações diferentes, esses problemas não são vistos como tal, ao contrário, na apresentação geral isso fica bem definido: "O ineditismo deste trabalho transcende os comprometimentos celebristas e instrumentalizadores do passado". Sua preocupação principal é disponibilizar uma história metodologicamente sistematizada, sem, contudo, "abdicar das tensões entre seus autores".

Nosso interesse particular é salientar o espaço destinado à história da educação. Embora incorpore a análise de várias épocas e espaços, a partir de múltiplas metodologias e fontes, a coletânea chama a atenção também por se constituir num percurso cronológico no tempo. Os trabalhos incluídos nos diversos volumes examinam aspectos da educação sul-rio-grandense num período que abrange desde a educação colonial até os anos 80 do século XX.

No primeiro volume (Colônia), sob a direção de Fernando Camargo, Ieda Gutfreind e Heloisa Reichel, temos o artigo de Ana Inez Klein, "O Ensino nas crônicas do professor Coruja" [309-322]. Embora a especificidade seja o estudo das crônicas memorialísticas de Antônio Álvares Pereira, vulgo, Coruja; a própria autora esclarece que elas podem "contribuir para a história da educação no período colonial", desse modo, o texto atenta para as práticas de ensino levadas a efeito antes mesmo de se consolidar no país um sistema escolar organizado em séries graduadas, contando com matérias de estudo estruturadas e métodos didáticos

específicos. Nessa época um dos métodos de ensino adotado foi o de ensino mútuo, também conhecido como método lancasteriano ou método monitoral. Coruja foi um dos defensores e divulgadores desse método, tendo uma atuação enquanto professor e educador, tanto no Rio Grande do Sul, como no Rio de Janeiro. Deixou uma vasta obra didática, incluído aí, livros de gramática, de história, até manuais para o ensino de latim.

O segundo texto de autoria de Jaime Giolo, denominado “A Instrução” [449-489], foi publicado no segundo volume (Império), sob a direção de Helga Iracema Piccolo e Maria Medianeira Padoin aborda a educação durante o período imperial, dando a conhecer diversos aspectos relacionados ao projeto do Estado de estruturação da escola pública. Trabalhando (principalmente) com fragmentos de leis, regulamentos, relatórios e falas das autoridades públicas, traça um amplo painel desse contexto. Discute a implantação do método de Lancaster, suas dificuldades e limites. Analisa também o impacto do Ato Adicional de 1834, que outorgava “autonomia” para as Províncias em determinados aspectos da educação. A República Rio-Grandense (1835-1845) recebe do autor uma esmerada abordagem. O texto ainda se debruça sobre o ensino secundário, salientando a atuação de Caxias na criação do primeiro estabelecimento secundário público na Província, ou seja, o Liceu D. Afonso. Por fim, discute as últimas décadas do século XIX, pontuando o aparecimento da Escola Normal. Na interpretação do autor, a escola no período imperial foi muito mais fenômeno de discurso do que de prática. A educação das massas era uma idéia fora de lugar.

O terceiro texto, de autoria de Berenice Corsetti “A Educação: construindo o cidadão” [287-311], faz parte do Tomo II, do 3º Volume, dedicado a República Velha (1889-1930), volumes sob a direção de Ana Luiza Setti Reckziegel e Günter Axt. Esse volume trata predominantemente da sociedade e da cultura. Reunindo textos relativos a experiências levadas a efeito

no século XX, ressalta o desenvolvimento e consolidação de aspectos relativos a uma cultura escolar e profissional docente. Mas isso não significa que os artigos estejam organizados tendo-se em mente uma temporalidade linear e ascendente. Como bem esclarece a autora, o texto propõe-se a abordar as características que marcaram a educação rio-grandense nesse período, particularmente no que tange a sua incorporação ao projeto de desenvolvimento econômico liderado pelos dirigentes positivistas. Desse modo, a educação foi instrumento fundamental à construção da cidadania nos moldes capitalistas. Ao tratar as relações entre público e privado no campo educacional, enfoca as mediações e disputas ocorridas em relação à expansão da rede escolar nos anos entre 1889 e 1930. Em sua abordagem, a autora salienta três aspectos relevantes desse processo: uma reflexão sobre modernidade e modernização; uma discussão sobre a relação entre Estado e a Igreja (políticas, contradições, conflitos e mediações); e por fim uma apreciação sobre a escola pública, cuja expansão no período é elemento que merece ser bem compreendido. Entre outras conclusões, a autora aponta o significativo papel desempenhado pelos dirigentes republicanos na organização de uma escola segundo o ideário positivista. Como um campo marcado por contradições, conflitos e mediações, a educação gaúcha nesse período em relação ao império, na opinião da autora, teve avanços. A expansão do ensino, a diminuição do analfabetismo, a modificação curricular e programática, representaram aspectos progressistas da ação republicana.

Os dois últimos textos, “A Educação (1930-1980)” [315-333] de Elomar Tambara, Claudemir de Quadros e Maria Helena Camara Bastos; e “Educação Superior (1930-1985)” [335-354] de Clarissa Eckert Baeta Neves, estão publicados no volume 4, República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985), com direção de René Gertz.

O primeiro desses textos retoma alguns aspectos abordados por Berenice Corsetti, isto é, o papel desempenhado

pelos positivistas, salientando a atuação dos mesmos no Congresso Nacional, onde diversas de suas idéias serão consubstanciadas na Reforma Rivadávia Correa em 1911. Esse ideário estava alicerçado na máxima positivista: “ensine quem quiser, onde quiser e como puder”; o que se refletia em três preceitos doutrinários: abolição dos privilégios de diplomas; redução da intervenção do Estado ao simples papel de auxiliar da iniciativa privada em relação ao ensino secundário e superior; e manutenção integral do ensino primário oficial não obrigatório. Os articulistas dividem o texto em diversos tópicos, salientando o papel normatizador do Estado, a sua própria burocratização onde pontua depois de 1935 a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, órgão que compreendia a Diretoria Geral da Instrução Pública, Diretoria de Higiene e Saúde Pública, Assistência a Alienados, Museu Júlio de Castilhos e Biblioteca Pública, bem como a superintendência da Universidade de Porto Alegre. Discutem a Educação durante o Estado Novo, o papel de Coelho de Souza, de atuação forte e proeminente à frente da Secretária da Educação, período de intenso movimento de reforma do sistema educativo do Estado e implantação do processo de nacionalização do ensino. A nacionalização do ensino promoveu o reaparelhamento da Secretaria da Educação e Saúde Pública à execução de uma reforma educacional que se inseriu num contexto de reorganização e racionalização dos serviços de Instrução Pública. Nesse âmbito, entre 1937 e 1971, a Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública e, depois, o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE/RS) tiveram papel proeminente no planejamento, organização e avaliação do processo educacional no Rio Grande do Sul. O ideário da Escola Nova encontra-se presente nas tecnologias projetadas para organizar, supervisionar e avaliar o sistema educativo, bem como professores e estudantes. O próprio CPOE, criado em 1943, espelha esse contexto. Do mesmo modo, a criação da Revista do Ensino (1951-1978), marca a ação do Estado na divulgação das políticas públicas em

relação à educação. Associada às prescrições pedagógicas, às práticas escolares e à teoria, contribuiu decisivamente à formação que o processo de renovação educacional assumiu, moralizando o professor como agente da política. Abordam ainda o movimento “Nenhuma criança sem Escola”, durante o governo de Leonel Brizola, as políticas educacionais pós 64, finalizando com um rápido e sucinto panorama dos anos 80.

Por fim, o último texto a tratar com exclusividade o campo da educação, escrito por Clarissa Eckert Baeta Neves, discute a “Educação Superior (1930-1985)”. Para a autora o surgimento das Instituições de Ensino Superior vincula-se aos processos de modernização das sociedades. Justificando esse processo, aponta três fenômenos significativos da constituição do sistema de ensino superior. O primeiro, refere-se à emergência da idéia de universidade e à centralização da oferta desse grau de ensino na capital do estado. O segundo fenômeno foi o da intensificação do processo de interiorização da educação superior a partir da década de 50. O terceiro fenômeno diz respeito ao impacto da Reforma Universitária de 1968 sobre o ensino superior e seus desdobramentos. Conclusivamente, a autora indica que os anos de 1930 a 1985, corresponderam a uma sucessão de momentos em que se tomaram decisões responsáveis pela formação do sistema de educação superior no estado. Uma delas foi a disposição do governo estadual de não assumir compromissos com a sustentação de instituições próprias de ensino superior, buscando sempre a federalização como solução para esse dilema.

O objetivo dos diversos textos com certeza foi o de ampliar e pluralizar as possíveis interpretações dadas às práticas e proposições educativas. Não supõem a escrita de uma única história, mas favorecem leituras do passado a partir de fontes e objetos variados, quais sejam: memórias, leis de ensino, regulamentos, relatórios, tabelas, ofícios, etc. Estruturando, desse modo, uma coletânea de textos que tratam de experiências educativas a partir de diferentes perspectivas.

As escolhas dos métodos e fontes evidenciadas nos vários artigos decorrem da valorização das diversas facetas e períodos examinados no âmbito da história da educação. O que perpassa nos textos apresentados é a mobilização que os diferentes escritores vêm provocando e ainda podem provocar nos pesquisadores da história da educação, e em seus respectivos campos de investigação.

Eduardo Arriada é professor doutor da Universidade Federal de Pelotas. Membro do CEIHE (Centro de Estudos e Investigação em História da Educação), da ASPHE e da Sociedade Brasileira de História da Educação. E-mail: earriada@hotmail.com.

Recebido em: 10/11/2009

Aceito em: 20/12/2009